

RECURSO ESPECIAL Nº 1.734.180 - RS (2018/0080313-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : ALISSON DOS SANTOS CAPELLARI E OUTRO(S) - RS046946
RECORRIDO : FERNANDO CRAPEZ OSÓRIO
ADVOGADOS : TIAGO FREITAS SANTOS - RS057736
HILÁRIO FRANCISCO SALVATORI JUNIOR E OUTRO(S) - RS095735

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 607):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CÉDULAS RURAIS PIGNORATÍCIAS. ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO.

1. As disposições do Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis às instituições financeiras, segundo jurisprudência majoritária. Para a inversão do ônus da prova é necessária a presença dos pressupostos elencados no art. 6º, VIII do CDC.

2. No caso dos autos, a parte agravante desincumbiu-se da comprovação mínima do fato constitutivo de seu direito viabilizando o processamento de sua pretensão.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (fls. 631/632).

Nas razões do apelo (fls. 639/650), a parte insurgente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 319, inciso IV, 320, 373, inciso I, 1.022 e 1.025 do Código de Processo Civil; e 6º, VII, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, em síntese:

a) para terem direito à correção do saldo de cédulas de crédito rural, em razão da superveniência de planos econômicos, os autores deveriam ter comprovado o pagamento dos títulos, mostrando-se indevida a inversão do ônus probatório com base no art. 6º, VIII, do CDC; e

b) o CDC não pode ser aplicado a causa cujo fundamento seja fato ocorrido em 30/04/1990, antes da vigência desse diploma.

Admitido o apelo, os autos subiram ao exame do STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. A tese segundo a qual o CDC seria inaplicável à espécie, pois editado após a ocorrência dos fatos que dão suporte à demanda, não foi debatida na origem, não obstante a sua provocação por meio dos segundos embargos declaratórios (fls. 347/356). Assim, como a parte deixou de alegar, **fundamentadamente**, possível ofensa ao art. 1.022 do NCPC, resta incidente ao caso o óbice da Súmula 211/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REAVALIAÇÃO DO IMÓVEL APÓS A ADJUDICAÇÃO. NÃO CABIMENTO. QUESTÃO PRECLUSA. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 83/STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "em qualquer das hipóteses previstas nos incisos do artigo 683 do Diploma Adjetivo Civil, o pedido de reavaliação do bem penhorado deverá se dar antes da sua adjudicação ou alienação. Tendo, in casu, o pleito sido requerido quando já ultimado o ato expropriatório (após a arrematação) não há como afastar a sua preclusão" (REsp 1.014.705/MS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/8/2010, DJe de 14/9/2010). Incidência da Súmula nº 83/STJ.

3. **Não tendo havido o prequestionamento do tema posto em debate nas razões do recurso especial, ainda que opostos os embargos de declaração, incidente o enunciado nº 211, da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1397272/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 14/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LEI N. 11.232/2005. EXECUÇÃO INICIADA NA VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR SEM A CITAÇÃO DO EXECUTADO. APLICAÇÃO DA NOVA LEGISLAÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "(...) com a entrada em vigor da Lei nº 11.232/2005, quando ainda em curso processo de execução sob o regime da lei anterior, sem que tenha ocorrido a citação do devedor, pode o credor requerer, por simples petição, que o magistrado adote o novel procedimento - com a incidência da multa do art. 475-J do CPC -, ou este, de ofício, deve converter a ação de execução em cumprimento de sentença, adotando, para tanto, o novo ordenamento" (REsp 993.738/SC, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2011, DJe 13/02/2012).

2. **A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem enfrentamento do tema pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 211 do STJ.**

3. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

4. No caso concreto, para alterar a conclusão do Tribunal de origem de que não houve desídia do credor, seria necessário nova análise da matéria fática, inviável em recurso especial.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1567668/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 17/12/2018)

2. Diante do debate quanto à instrução da ação de execução individual de sentença coletiva, o Tribunal de origem decidiu que a juntada aos autos da cédula de crédito rural, cujo saldo teria sido subdimensionado pela instituição financeira com a sucessão dos planos econômicos, seria suficiente para o processamento da demanda, exigindo da parte executada, com base no art. 6º do CDC, a prova do inadimplemento do título referido.

Eis a propósito trecho do aresto impugnado (fl. 606):

Assim, verificando-se que a parte autora desincumbiu-se da comprovação mínima do fato constitutivo de seu direito, viabilizado está o trânsito de sua pretensão.

Com efeito, está-se diante de fatos ocorridos há muitos anos, sendo portanto compreensível que o exequente não possua mais os documentos comprobatórios.

E não haveria sentido submetê-lo à via administrativa, e mesmo judicial, somente para a eles ter acesso, até porque isso só contribuiria para assoberbar ainda mais o judiciário.

Estando os documentos em posse do pretense devedor, terá ele plenas condições para, se for o caso, alegar e provar que não houve o pagamento (ou que não foi realizado nos termos em que alegado), juntando toda a documentação pertinente, até em consonância com o princípio da cooperação, nos termos do artigo 6º do nCPC. A propósito, tendo havido eventual inadimplemento do contrato, a instituição financeira possui e faz uso de todos os meios à sua disposição para a cobrança, sendo tudo devidamente documentado. Não custa registrar que o exequente, de seu turno, está sujeito às consequências processuais de eventual agir indevido.

Como se vê, reformar essa conclusão demandaria o reexame de provas dos autos, sobretudo para verificar se as já juntadas ao processo formariam juízo válido de verossimilhança das alegações da parte exequente. Incidente, nesse ponto, o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO DEMANDADO. 1. O juízo negativo de admissibilidade veiculado na origem não vincula esta Corte Superior por se submeter ao duplo controle. Precedentes.

2. A pretensão recursal encontra óbice no enunciado da Súmula 7 desta Corte Superior, porquanto **rever os elementos que dão suporte à responsabilidade civil e os requisitos para aplicação da inversão do ônus da prova demandaria o reexame do contexto fático-probatório existente nos autos.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1218351/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, **QUARTA TURMA**, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AFASTAMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte de Justiça, a inversão do ônus da prova é realizada a critério do juiz mediante a verificação da verossimilhança das alegações da parte, de sua hipossuficiência ou da maior facilidade na obtenção da prova, **requisitos cuja apreciação implica análise do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.**

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1272703/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, **QUARTA TURMA**, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

Fica mantida a conclusão do acórdão, nesse ponto.

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

